



A constituição federal de 1988, documento jurídico mais importante do país, prevê em seu artigo 6º, o direito a **(Eixo Social)** como inerente a todo cidadão brasileiro. Conquanto, tal prerrogativa não tem se reverberado com ênfase na prática quando se observa o **(Tema)**, dificultando, deste modo, a universalização desse direito social tão importante. Diante dessa perspectiva, faz-se imperiosa a análise dos fatores que favorecem esse quadro.

**Eixo Social: educação, saúde, moradia, emprego, transporte, lazer, alimentação, previdência social, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados*

Em uma primeira análise, deve-se ressaltar a ausência de medidas governamentais para combater o **(problema)**. Nesse sentido, **(aprofundamento do argumento)**. Essa conjuntura, segundo as ideias do filósofo contratualista John Locke, configura-se como uma violação do “contrato social”, já que o Estado não cumpre sua função de garantir que os cidadãos desfrutem de direitos indispensáveis, **como a/o (Eixo Social)**, o que infelizmente é evidente no país.

Ademais, é fundamental apontar o **(Argumento 2)** como impulsionador do **(problema)** no Brasil. Segundo **(Citação/ Dados do Cotidiano)**. Diante de tal exposto **(Aprofundamento do argumento)**. Logo, é inadmissível que esse cenário continue a perdurar.

Depreende-se, portanto, a necessidade de se combater esses obstáculos. Para isso, é imprescindível que o **(Agente)**, por intermédio de **(Meio/Modo)**, **(Ação)** – **(Detalhamento)** – a fim de **(Finalidade)**. Assim, se consolidará uma sociedade mais **(Adjetivo positivo)**, onde o Estado desempenha corretamente seu “contrato social”, tal como afirma John Locke.

**Assim, tornar-se-á possível a construção de uma sociedade permeada pela efetivação dos elementos elencados na Magna Carta.*

Criado por:
 **FELIPE ARAUJO**